

A INTERFACE ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

THE INTERFACE BETWEEN SOCIAL SERVICE AND PRIVATE SOCIAL INVESTMENT

Gisele Dayane Milani¹

RESUMO: O presente artigo apresenta elementos que situam a interface entre o Serviço Social e o investimento social privado em empresas, institutos e fundações. Relacionamos aqui a responsabilidade social com o investimento social privado, uma vez que o desenvolvimento de ambos ocorreu de maneira muito próxima no Brasil. Identificamos que este é um campo de trabalho da/o assistente social, porém com pouca visibilidade e possui demandas relacionadas com a sustentabilidade, incentivos fiscais e advocacia.

Palavras-Chave: Investimento Social Privado. Responsabilidade Social. Serviço Social.

ABSTRACT: *This article presents elements that locate the interface between Social Work and Private Social Investment in companies, institutes and foundations. We relate the social responsibility with the*

¹ Assistente Social concursada na Prefeitura Municipal Sertãozinho-SP com função gratificada como Chefe de Seção de Serviço Social na Secretaria Municipal de Saúde. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2020) e realizou o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, na University of Sydney, Austrália (2019/2020), fomentado pela CAPES. Mestre em Serviço Social pela PUC/SP (2016) e mestre em Economia (2016) especialidade Avaliação e Gestão de Políticas Sociais pela Université Pierre-Méendes France - UPMF de Grenoble, França (2016). Representante Discente de Pós-Graduação na gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, biênio 2017-2018 ?Quem é de luta, resiste?

private social investment, since the development of both has been developed closely in Brazil. We identified that this is a working place of social worker, but with little visibility and it has demands related to sustainability, fiscal incentives and advocacy.

Keywords: *Private Social Investment. Social Responsibility. Social Work.*

INTRODUÇÃO

Ao suscitar o debate acerca de um tema complexo e inserido na lógica privada como é o Investimento Social Privado, faz-se necessário situar que este assunto é datado, historicamente, a partir de mudanças sucedidas na forma de se organizar a produção capitalista, em especial no século XX, oportunidade em que o papel da empresa junto ao meio social foi ampliado, conforme aponta Fischer (2002, p. 74-75).

Concentramos aqui nossa análise no que se refere ao investimento social privado enquanto campo de trabalho da/o assistente social. Podemos afirmar que se trata de uma discussão que, *a priori*, parece ter certo pioneirismo na área do Serviço Social, pois não encontramos estudos sobre tal interface.

O investimento social privado se refere a um aspecto da responsabilidade social empresarial, no que tange ao investimento social realizado na comunidade². Ambos possuem expressividade econômica, estão

²O termo comunidade é utilizado pelas empresas, institutos e fundações ao se referirem aos espaços externos onde o investimento social privado é realizado.

envolvidos nas principais demandas sociais enfrentadas pela sociedade e são temáticas desafiantes e contraditórias para nossa categoria profissional. É com tal perspectiva que tivemos o objetivo³ de conhecer e analisar o investimento social privado e sua interface com o Serviço Social em empresas, institutos e fundações associadas ao GIFE⁴ situadas na cidade de São Paulo.

Esta pesquisa está situada em um momento histórico privilegiado, em que a busca de uma sociedade sustentável se destaca no discurso dos empresários e da mídia. A atuação socialmente responsável, de fato, vem assumindo uma importante posição, bem como a questão do “verde” um símbolo para diversos setores da sociedade. Isso faz deste um momento privilegiado para se discutir e articular o desenvolvimento sustentável, enquanto nosso tema macro, com a temática do investimento social privado e sua possível interface com o Serviço Social, a fim de melhor conhecer e problematizar essa forma de investimento em que não apenas as empresas, mas também a sociedade civil são conclamadas a compartilhar

³Este artigo está baseado em minha dissertação de mestrado realizada no Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP finalizada em 2016 e intitulada: A Interface do Serviço Social com o Investimento Social Privado.

⁴ O Grupo de Institutos e Fundações Empresarias – GIFE é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1995, rede atuante e de referência na temática do Investimento Social Privado no Brasil. Reúne associados de origem familiar, empresarial, independente ou comunitária que investem em projetos cuja finalidade é pública (GIFE, 2015).

responsabilidades com o Estado e que se configura, também, como um campo de trabalho da/o Assistente Social.

Nosso objeto de análise foi identificado através do movimento do real e, por meio do acervo teórico consultado e pesquisa de campo, aproximamo-nos da temática elegida. Para tanto, utilizamos pesquisa bibliográfica, documental, eletrônica e de campo a fim de identificarmos o cenário de surgimento e de desenvolvimento do investimento social privado na sociedade capitalista, além de investigar se há assistentes sociais em tal espaço e criar reflexões sobre essa interface.

1. CONTEXTO DE MUDANÇAS

As mudanças ocorridas, sobretudo, com o cenário econômico e social que vai sendo delineado a partir de meados do século XX, como a globalização e a reestruturação produtiva, contribuíram com as transformações na forma de gestão das empresas e nos processos de trabalho.

Em meio a esse cenário, ocorreria a crise fiscal do Estado, acentuando privatizações, com tendência à desregulamentação e flexibilização do processo produtivo (NETTO e BRAZ, 2006). Como resultado, temos uma substancial retração do Estado, em face de uma sociedade com crescentes necessidades.

Nesse contexto de desenvolvimento da crise, de visível redução de crescimento econômico seguido de altas taxas de inflação, o capital investiria no projeto ideológico do neoliberalismo (CHAUI, 2011, p. 313).

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

Segundo Harvey (2011, p. 16), este é um projeto bem-sucedido no que tange à “incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que adotaram o caminho neoliberal”.

O neoliberalismo se desenvolve com mais expressividade na década de 1990, momento, no Brasil, de pós aprovação da Constituição Federal de 1988, de tensão entre o processo de redemocratização do país e de sua efetivação. Propostas de “reformas” e de “ajustes” foram então engendradas, oportunidade em que foi elaborada a contrarreforma, ou a chamada Reforma Administrativa do Estado brasileiro.

Seria, então, nessa essa conjuntura de retração do Estado e de suas políticas públicas, que surgiria um maior espaço para o mercado e para as organizações do chamado terceiro setor, entidades de direito privado e de caráter público não-estatal, desenvolverem-se como alternativas na prestação de serviços sociais no campo dos “serviços não-exclusivos” do Estado. Em suma, o processo de contrarreforma do Estado mediou a emergência e a expansão da responsabilidade social.

Essa contrarreforma do Estrado traz implicações para a descaracterização dos direitos sociais no Brasil e soa como poesia as virtudes e as responsabilidades da sociedade civil em gerir as expressões da “questão social”⁵. Sabemos que esta última emerge no Brasil tendo

⁵ De acordo com Yamamoto (2008, p. 27) a Questão Social pode ser apreendida como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura”, em que a produção social coletiva é monopolizada por parte da sociedade e que pode ser designado como

como pano de fundo o desenvolvimento industrial e a expansão urbana.

É importante, pois, adicionar que o enfrentamento das diversas manifestações da questão social exigiria respostas por parte do empresariado e do Estado. Assim, coube a burguesia o “combate do pauperismo, aumento da renda nacional, desenvolvimento das forças econômicas, democracia e justiça social, [...] canalizar as tensões sociais e definir formas de intervenção sociopolítica, conforme as exigências de expansão capitalista” (CESAR, 2008, p. 217). Trata-se de uma participação política para diluir conflitos e tensões.

Os novos mecanismos de acumulação capitalista redefinem as formas de produção e de acumulação, criam as condições necessárias para a relação entre os empresários, o Estado e a sociedade civil. O redesenho dessa relação inaugura uma cultura de sensibilidade das empresas que apesar de apropriar a riqueza socialmente produzida, tenta obscurecer esse ponto sob a ideologia do comprometimento social.

A potência totalizante da corporação capitalista é, então, afirmada nesse modelo de relação entre o Estado, o mercado e sociedade, unindo o domínio econômico empresarial ao protagonismo político e social.

Dentro desse contexto de mudanças, o desenvolvimento sustentável adquire visibilidade maior, tomando espaço nas agendas públicas e privadas, com crescente importância nos dias atuais. Seria ele, então,

um conflito entre capital e trabalho e problematizado historicamente por atores sociais.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

nosso tema macro, o qual possui relação direta com a responsabilidade social e com o investimento social privado. Sua formulação se constitui em uma tentativa, via capital privado, de criar respostas à problemática ambiental posta no modo de produção capitalista.

O desenvolvimento sustentável foi concebido quando o crescimento econômico e os danos causados pela industrialização foram, então, sentidos pelo meio ambiente. Com isso, ele se tornaria um espaço de debate político e exigiria a participação do setor privado, para quem a sustentabilidade se tornaria um alvo necessário. E para alcançá-lo, a responsabilidade social se constituiria em um modelo de gestão empresarial.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em 1972, institui o conceito de desenvolvimento sustentável entendido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p.41). Por outro lado, tal conceito não contesta a expansão econômica no modo de produção capitalista como principal fator de destruição de caráter ambiental. É possível visualizar que exalta, apenas, a adoção de instrumentos com vistas à regulação dos efeitos e dos recursos para o futuro.

A empresa, enquanto representante do setor privado, sempre possuiu relevância social nas comunidades em que fazia parte, como relata Alessio (2008, p. 13), “há muito desenvolve práticas filantrópicas de forma voluntariosa, não-planejada e não-sistemática”. A novidade é que para a sociedade, a responsabilidade

social se tornou um valor e assumiu características de exigibilidade. E ainda, surgem também questionamentos sobre o papel da empresa privada, como apontam Grayson e Hodges (2002, p. 70):

As preocupações com a responsabilidade das empresas se manifestam paralelamente ao questionamento dos objetivos e do papel delas na sociedade. Há grandes expectativas de que a empresa, como motor principal do crescimento e do desenvolvimento, tenha uma liderança mais participativa para ajudar a abordar um espectro mais amplo de questões. Hoje existe um questionamento maior sobre o papel da iniciativa privada na sociedade.

2. A RESPONSABILIDADE SOCIAL E O INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

A responsabilidade social tem seu marco no Brasil no final dos anos de 1980, em um cenário histórico de redução da presença do Estado, das demandas não mais por ele equacionadas e do fortalecimento da sociedade civil. Trata-se de uma nova forma de gestão empresarial em que valores éticos seriam norteadores dos negócios.

Fischer (2002, p. 44) auxilia a compreensão do processo de desenvolvimento da responsabilidade social empresarial:

As crises econômicas abalaram a economia do país, a confiança dos

investidores externos, a segurança e autoestima dos empresários nacionais. Nos anos noventa, o movimento de globalização da economia pressionou o Brasil a adotar políticas liberalizantes e a enfrentar os desafios da modernização. A indústria local sucumbiu à competição acirrada e à perda das medidas protecionistas do Estado. Crise fiscal, abertura às importações, privatizações e intensificação da entrada de capital internacional transformaram, radicalmente, o cenário da economia brasileira na passagem do século sem, contudo, promover a erradicação dos desequilíbrios econômicos e sociais que agravam cada vez mais a vida dos brasileiros.

É nesse amplo cenário que foram formadas as alianças e parcerias entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil e adquiriram importante dimensão no que tange à tentativa de promoção do desenvolvimento sustentável.

Datada em meados de 1960, nos Estados Unidos, a Responsabilidade Social Empresarial foi incorporada no Brasil na medida em que os empresários notaram as vantagens de tal prática para os negócios. Isso ocorreu, sobretudo, a partir de 1990 no contexto de redemocratização do país, de incentivo à Reforma do Estado e de abertura econômica (ALESSIO, 2003, p. 04).

Realizaram-se, então, reformas liberais orientadas para o mercado. O impacto disso tudo, foi que tais reformas promoveram a desregulamentação da economia,

incentivaram a entrada de capitais estrangeiros e a austeridade do Estado. Esse conjunto repercutiu na base produtiva, no mundo do trabalho, assim como nas políticas sociais. São correlações de forças desfavoráveis aos trabalhadores (precarização e flexibilização do trabalho, impactos nas condições de vida, etc.).

O Estado, a partir da contrarreforma, em contraposição aos avanços constitucionais, regulamentou o campo dos serviços “não-exclusivos” para o denominado “setor público não-estatal”. Dentro desse novo modelo de gestão, cabe ao Estado ser o provedor do funcionamento das organizações de direito privado e de caráter público não-estatal, realizando a captação de recursos no mercado para autossustentar seus serviços. Verifica-se a contratendência às conquistas sociais, de direitos sociais que deveriam ser assegurados pelo Estado. Agora, o cidadão conta com serviços de uma rede de solidariedade social, por meio de entidades filantrópicas, fundações e institutos sociais de empresas, instituições religiosas, entre outros que compõem o chamado terceiro setor.

Sabemos que, historicamente, o empresariado estabelece estratégias para contrapor-se ao fortalecimento da organização do proletariado. Nesse eixo de intervenção sociopolítica empresarial, ao assumir uma política socialmente responsável, o empresariado tem como pano de fundo interesses corporativos em razão da posição em que ocupa na economia. E ainda, a lógica do privado é voltada para o lucro e não para a garantia de direitos – até mesmo porque a ampliação dos lucros está diretamente relacionada à eliminação de direitos sociais, a começar

pelos trabalhistas e previdenciários. Ressaltamos, que garantia de direitos é centralidade e atribuição do Estado.

Entendemos, destarte, que no Brasil as organizações socialmente responsáveis atuam em espaços de primazia do Estado, significando muitas vezes sua desresponsabilização, seja por concepção, por ineficiência ou ausência de investimentos. Assim, a fim de suprir tal “ausência”, são criadas alianças com o empresariado e com as organizações do terceiro setor⁶.

Como afirma Cesar (2008, p. 304),

No âmbito dessa renovação do pensamento e da cultura empresariais, o enfrentamento das sequelas da “questão social” deixa de ser objeto específico da atuação do Estado, antes considerado o ator privilegiado para tal fim, e passa ser também foco da atenção dos empresários, como parte da formação de uma outra

⁶ Parcerias público-privadas crescem após a reforma do Estado brasileiro. Segundo Rossetti (2010, p. 268), o chamado “boom” das associações e fundações durante a década de 1990 está relacionado ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em que “[...] deu-se um forte impulso para a participação de empresas e sociedade civil na prestação de serviços sociais”. A primeira dama, Ruth Cardoso, defendia parcerias público-privadas e organizações sem fins lucrativos, que eram, sobretudo financiadas pelos municípios. Segundo Yazbek (2012, p. 120) “O Estado apela às parcerias com o setor privado (entidades sociais, organizações não governamentais, associações voluntárias e fundações empresariais, entre outras) num processo de construção de um sistema misto de Proteção Social que se caracteriza pela intersecção do público com o privado”. Para a autora, o sistema misto traz uma requalificação da intervenção do setor privado no bem-estar social, tarefa historicamente atribuída ao Estado.

cultura, alinhada aos novos padrões de organização da produção e dos mercados, que foram inaugurados pelas elites empresariais no contexto da reestruturação produtiva e da crítica neoliberal ao modelo estatal de gestão social (CESAR, 2008, p. 304).

É, pois, importante expor que o Estado aparece como instituição constituída e dividida por interesses diversos, com a tarefa de administrá-los. Mas, isso não se dá sem neutralidade. Trata-se de um Estado classista que zela pela burguesia. O capitalista, como sujeito de classe, encontra nesse formato as condições essenciais e espraia o seu projeto social para a sociedade em busca de hegemonia.

Nesse novo arranjo de gestão ancorado na parceria entre o Estado, a sociedade civil e a iniciativa privada, há uma tensão entre a lógica do direito e a lógica dos serviços prestados à comunidade mediante a responsabilidade social e o investimento social privado. Ora, em uma sociedade marcada por altas taxas de desigualdade social e de pobreza, como é a sociedade brasileira, onde o receituário neoliberal impede o avanço na conquista da equidade social, a solidariedade e a “preocupação” com o social por parte das empresas e do terceiro setor podem restaurar a cultura da tutela, que ainda possui raízes vivas nessa sociedade.

A responsabilidade social empresarial é, assim, definida pelo Instituto ETHOS⁷:

⁷ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi criado em 1998 por empresários e executivos da iniciativa privada. Trata-se

[...] pela relação que a empresa estabelece com todos os seus públicos (*stakeholders*) no curto e no longo prazo. Os públicos de relacionamento da empresa envolvem inúmeras organizações de interesse civil/social/ambiental, além daqueles usualmente reconhecidos pelos gestores — público interno, acionistas e consumidores/clientes. (ETHOS, 2007, p. 4).

Entendemos a responsabilidade social como uma forma de gestão empresarial, ou ainda, uma nova maneira de administrar os negócios e que integra o público com o qual a empresa se relaciona. Em relação aos interesses e às vantagens corporativas, de fato, a outra face da responsabilidade social empresarial é permeada de interesses e vantagens - fortalecimento da imagem e reputação, diferencial competitivo, dedução fiscal, etc.

Dentre os *stakeholders* da responsabilidade social – acionistas, governo, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários, consumidores, comunidade, etc. - temos na comunidade, o público exclusivo com o qual o investimento social privado atua. Dentro desse modelo de relação, o investimento social privado compõe um aspecto da responsabilidade social empresarial no que tange aos

de uma organização da sociedade civil de interesse público – Oscip e tem como missão “mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (ETHOS, s.d.;s.p.). Mais informações em: ETHOS. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

investimentos realizados em programas ou projetos sociais externos, isto é, no âmbito da sociedade. No referido modelo, a responsabilidade social se constitui em modelo de gestão e o investimento social privado, um instrumento de relação com a sociedade.

Como formas de atuação das organizações que desenvolvem algum tipo de investimento social privado, podem ser elencadas a título de exemplo: aplicação de recursos financeiros ou de bens, prestação de serviços e capacidade de mobilização para o desenvolvimento comunitário em prol de interesses coletivos.

No que tange à conceituação, o GIFE (2015, s.p.), rede atuante e de referência no país, define:

Investimento social privado é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público.

Incluem-se neste universo as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos.

Os elementos fundamentais - intrínsecos ao conceito de investimento social privado – que diferenciam essa prática das ações assistencialistas são:

- preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos;
- estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social;

- envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação.

O Investimento Social Privado pode ser alavancado por meio de incentivos fiscais concedidos pelo poder público e também pela alocação de recursos não-financeiros e intangíveis.

Com esse conceito, o GIFE buscou diferenciar o investimento social privado da filantropia tradicional. Os elementos fundamentais para tal distinção foram definidos como “preocupação com planejamento, monitoramento e avaliação dos projetos; estratégia voltada para resultados sustentáveis de impacto e transformação social; envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação” (GIFE, s.p.)⁸. Compõe, deste modo, um processo gerencial.

De acordo com o Censo GIFE de 2014, dentre as diversas áreas nas quais operam os investidores privados, a educação é a que tem mais investimentos, com 85% do total (GIFE, 2015, p.27). Isso significa que pelo menos um dos projetos ou programas realizados pelas organizações associadas – institutos, fundações e empresas- tem foco nessa área temática, lembrando que as organizações podem investir concomitantemente em mais de um projeto ou programa em diferentes áreas.

Rossetti (2010, p. 266) ajuda a compreender o porquê da educação receber mais investimentos:

⁸ GIFE. **O Investimento Social Privado**. Disponível em: <http://www.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado.asp>. Acesso: 1 out de 2014.

A educação tornou-se a principal área de investimento social privado nacional, impulsionada pela procura de mão de obra mais qualificada, para atender à dura competitividade da economia global e pela percepção de que as oportunidades seriam melhor distribuídas por via de um sistema escolar público qualificado.

E ainda, é possível notar que há uma tendência de investimento em campos consensuais como, por exemplo, nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, do meio ambiente, etc., ao invés de campos que são potencialmente mais arriscados como, por exemplo, a reforma agrária ou o controle da corrupção.

3. A INTERFACE

Realizamos aqui um esboço do que chamamos de a interface entre o serviço social e o investimento social privado. Situar tal interface em um cenário em que o modo de produção capitalista evidencia sua força destruidora no meio ambiente e na área social, como condição para sua reprodução, de fato, não constitui tarefa fácil.

É possível notar, destarte, que ao mesmo tempo em que o capital assegura o funcionamento e a reprodução do sistema, também vem demonstrando “interesse” na administração dos impactos por ele causados, junto à questão ambiental, ainda que orientado pela lógica capitalista.

O investimento social privado interpela o serviço social pelo fato de ser um espaço de exercício profissional. Essa identificação foi possível por meio de uma pesquisa realizada junto aos associados GIFE - empresas, institutos e fundações –, situados na cidade de São Paulo, através da aplicação de questionários no segundo semestre de 2015. Na época, o GIFE contava com uma base associativa de 129 membros.

O exercício profissional do assistente social em tais organizações, de fato, não constitui novidade. O diferencial aqui apresentado é sua associação ao investimento social privado. No que se refere ao campo empresarial, este dispõe de assistentes sociais desde meados de 1940, mas apenas em 1970 houve um aumento desses profissionais em razão das alterações “relativas à administração e gerência das relações industriais” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2014, p. 89).

A partir das novas formas de gestão empresarial, de desenvolvimento de programas e projetos de responsabilidade social empresarial e de investimento social privado, a/o assistente social também foi requisitada/o para intervir nas novas demandas sociais que surgiram no mundo da produção, sobretudo a partir de meados de 1990.

Entendemos que o exercício profissional da/o assistente social na área privada é permeado de interesses contraditórios, o que também ocorre na área pública. Mas, o campo privado é um espaço sócio-ocupacional ainda mais desafiador, posto que a/o assistente social é contratado a fim de garantir os interesses e objetivos corporativos. E ainda, a lógica do privado é voltada para o

lucro e não para a garantia de direitos, sendo esta última de atribuição do Estado.

Em nossa pesquisa, com um universo de treze organizações associadas ao GIFE, identificamos que dentre os profissionais que trabalham e dão vida ao investimento social privado, há a prevalência de profissionais da administração de empresas, da comunicação, da pedagogia, da psicologia e do serviço social. Com esses dados, constatamos que o investimento social privado, desenvolvido por meio de empresas, institutos e fundações, é efetivamente um campo de exercício profissional da/o assistente social.

A pesquisa de campo mostrou que quando um campo de trabalho é aberto ao assistente social, este permanece e o serviço social passa a fazer parte de tais organizações pesquisadas. E ainda, nenhuma delas excluiu este cargo desde a primeira contratação. Tal fato pode indicar que já são campos de trabalho consolidados ou, pelo menos, em consolidação.

Dentre as organizações que relataram não possuírem assistentes sociais, informaram que nunca tiveram esse profissional no quadro de funcionários e duas organizações argumentaram o motivo: a primeira informou ser em razão de não dispor de recursos e a segunda que não existe uma razão específica e que os profissionais são contratados de acordo com a experiência profissional e com a formação acadêmica. Entendemos, que o desconhecimento das contribuições e atribuições da/o assistente social por parte das organizações pode contribuir para a não requisição desse profissional, posto também que o campo é minimamente conhecido.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

Realizamos, então, uma pesquisa com assistentes sociais de duas organizações e identificamos que não há um perfil profissional específico requisitado. São exigidos, apenas, conhecimentos próprios do investimento social privado, o que deixa os cargos abertos para outros profissionais.

Com base nas análises das/os entrevistadas/os, notamos que as/os assistentes sociais, no campo do investimento social privado trabalham com demandas e atividades relacionadas com: gestão da área de investimento social privado, gestão de processos internos de sustentabilidade, capacitação de instituições nos projetos, coordenação de projetos, articulação para ampliação de parcerias, incentivos fiscais e *advocacy*. Logo, trata-se de um trabalho voltado ao “extra muro” das organizações, ou seja, realizado para a comunidade.

Notamos que no cotidiano do exercício profissional, as/os assistentes sociais trabalham com manifestações da questão social expressas em aspectos peculiares da classe trabalhadora, relacionadas à educação, à alimentação, à assistência social e à saúde. É, então, por meio do enfrentamento dessas expressões, que incidem no cotidiano das relações sociais de indivíduos e grupos, que se dá a intervenção profissional.

É preciso adicionar que esse trabalho exige o desenvolvimento de competências, especialmente no campo administrativo. E, ainda, implica em atualização permanente no que tange às demandas da atual conjuntura, do diagnóstico social, das relações de poder, do domínio do funcionamento da captação de recursos e orçamentos, de competências gerenciais e de planejamento,

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

monitoramento e avaliação dos programas e projetos executados pela organização.

Esse campo de trabalho faz parte de um conjunto de alterações sucedidas nas formas de gestão no setor privado e que, por sua vez, repercutiram na gestão da força de trabalho. Trata-se de um espaço ocupacional que merece atenção, uma vez que o ascendente movimento de incorporação desse modelo de gestão empresarial pode contribuir, em larga medida, para a exigência de um profissional multifuncional, polivalente e de atividades que podem ser contraditórias aos princípios éticos e políticos da categoria profissional. Assim, esta é uma questão importante a ser debatida no âmbito da academia e da categoria, pois a tendência de inserção da/o assistente social na esfera empresarial é crescente. Na oportunidade da realização da pesquisa, também constatamos que existe uma fragilização na produção de conhecimento em espaços em que o empresariado figura como empregador.

Entendemos que o exercício profissional junto ao investimento social privado pode ser um diferencial no domínio socialmente responsável. No entanto, tem-se claro que este é um campo contraditório de relações sociais e de mediação de interesses diversos. Para Menezes (2010, p. 525), a/o profissional:

[...] não deve também nutrir ilusões quanto à possibilidade de as práticas sociais das empresas serem a solução para o pauperismo em que se encontra grande parcela da população e nem deve se enganar, acreditando que o mercado está

comprometido realmente com a superação da desigualdade social.

Conforme a autora, as ações sociais desenvolvidas pelas empresas, como também pelas organizações do terceiro setor, não são, efetivamente, uma solução para as demandas da população a que se dirigem os trabalhos. Entendemos que o mercado - muito menos - apresenta esse intuito, pois se trata de uma dinâmica contraditória, de divergência dos requisitos da organização contratante e das necessidades do público alvo de suas ações; além disso, coloca (por vezes) árduos desafios aos assistentes sociais nesse “campo minado” de exercício profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enveredar por um espaço como o do Investimento Social Privado, que é ao mesmo tempo complexo, contraditório e pouco explorado, constituiu-se um grande desafio. Entendemos que “toda conclusão é sempre provisória” (NETTO, 2009, p. 10) e por essa razão encaminhamos nossas considerações finais sem a pretensão de esgotar o assunto e deixamos aberto um caminho para novas descobertas e debates.

No Brasil, o investimento social privado emergiu sob a égide das reformas neoliberais em meados da década de 1990, como componente da hegemonia burguesa, articulando um conjunto de ideologias, de valores e de práticas que colocam a empresa como ator do desenvolvimento social. As empresas não se restringem mais a produção de mercadorias, elas investem em sua

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

visibilidade pública e estrategicamente se tornam parceiras do Estado. Nos termos de Gramsci, transformam-se em aparelhos privados de hegemonia.

Ao se expandir a relação entre Estado, mercado e sociedade civil, o investimento social privado, então, ganha forças, expande e diversifica. Com a pesquisa de campo junto aos associados GIFE, identificamos que o investimento social privado já se constitui, de fato, um espaço ocupacional da/o assistente social, mas com pouca visibilidade, uma vez que não há estudos recentes sobre tal interface.

É importante, ainda, destacar que entendemos ser de responsabilidade e primazia do Estado o enfrentamento das expressões da questão social que assolam a sociedade e, obviamente não podem ser substituídos por organizações da sociedade civil e mercado.

Como afirma Netto (1992, p. 57-58), o empenho do burguês consiste em deslocar a questão social do campo político, veda sua contextualização classista e a destitui de suas projeções ideológicas. Nesse sentido, Cesar (2008, p. 291) vai afirmar que “este escamoteamento constitui o cerne da política burguesa e dela derivam as formas típicas e complementares da sua estratégia político-social, sendo uma delas o tratamento da “questão social” como objeto de administração técnica”.

Contudo, não desconsideramos que as organizações que desenvolvem algum tipo de investimento social privado, sejam elas empresas ou organizações do terceiro setor, também podem somar esforços. Tal conjunto de organizações possuem um diferencial no que tange a seu potencial de inovação, de tecnologia, de união

de esforços, de experimentação e de criação de novas abordagens.

É preciso mencionar, ainda, que observamos que nenhuma das respostas mencionou o papel do Estado face às demandas e necessidades sociais. E ainda, quando houve a menção, foi apenas na referência de parcerias em demandas que já são atendidas por tais organizações. Entendemos, portanto, que a perda da percepção de primazia de atendimento, via Estado, é exemplo de algo que favorece somente o empregador, o setor privado e suas parcerias.

Destacamos, por fim, a importância do fomento de discussões e produção de conhecimentos em relação a este campo em espaços da categoria profissional, uma vez que o campo é minimamente conhecido e contraditório.

REFERÊNCIAS

ALESSIO, Rosemeri. *Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de postura ou novos rumos?* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

CESAR, Monica de Jesus. *“Empresa-didadã”: uma estratégia de hegemonia.* São Paulo: Cortez, 2008.

CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.* 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ETHOS. *Conceitos básicos e indicadores de responsabilidade social empresarial.* Rede Ethos de Jornalistas. Versão on-line, São Paulo, junho de 2007, 5ª

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

ed. Disponível em:

<<http://www3.ethos.org.br/cedoc/conceitos-basicos-e-indicadores-de-responsabilidade-social-empresarial-5a-edicao-2/#.VaENWUYd1bs>>. Acesso: 11 jul. de 2015.

FISCHER, Rosa Maria. *O desafio da colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo: Editora Gente, 2002.

GIFE. *Censo Gife 2014*. São Paulo: GIFE, 2015.

GRAYSON, David; HODGES, Adrian. *Compromisso social e gestão empresarial*. Tradutores Carlos Mendes Rosa, César Taylor, Mônica Tambelli. São Paulo: Publifolha, 2002.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de interpretação histórico-antológica*. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MENEZES, Franciane Cristina de. *Serviço Social e a “responsabilidade social das empresas”*: o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS. In: SERVIÇO Social & Sociedade. São Paulo: Cortez 2010. N 103.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao método da teoria social*. In: CFESS (org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília-DF: Abepss: 2009.

ROSSETTI, Fernando. *Da filantropia ao investimento social privado*. Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (WINGS), 2010. Disponível em: <http://gife.issuelab.org/resource/da_filantropia_ao_investimento_social_privado>. Acesso: 23 jan de 2015.

WCED, World Commission on Environment and Development. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso: 22 ago de 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Serviço Social, demandas no âmbito do terceiro setor e a questão do voluntariado*. In: *Espaços Ocupacionais e Serviço Social – ensaios críticos*. Rose Serra (org.) Jundiaí, Paco Editorial: 2012a, p. 117-132.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 27, n. 1, 2018.